



MINISTÉRIO DA SAÚDE
CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE

ATA DA CENTÉSIMA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNS

1
2
3
4
5
6

7 **ABERTURA** - Aos sete e oito dias de fevereiro, de dois mil e um, na sala de reunião “Conselheiro
8 **Omlton Visconde**”, do Conselho Nacional de Saúde, teve início a Centésima Quinta Reunião
9 Ordinária do CNS. **INFORMES: 1) Novos Conselheiros representantes das Entidades Nacionais de**
10 **Representação dos Médicos e do CONASEMS:** O Coordenador **Nelson Rodrigues dos Santos**
11 cientificou os Conselheiros sobre as substituições ocorridas nas representações de Entidades
12 Nacionais Médicas, sendo o novo titular o Conselheiro **Edson de Oliveira Andrade**, Presidente do
13 Conselho Federal de Medicina e, como titular do CONASEMS, o Conselheiro **Neilton Araújo de**
14 **Oliveira**, Presidente da entidade. **2) Novos Conselheiros representantes dos Usuários Portadores**
15 **de Patologias e Deficiências:** Conselheira **Ana Maria Lima Barbosa** informou que, em 26/01/2001,
16 ocorrera a reunião do Fórum Nacional de Portadores de Patologias e Deficiências, tendo sido eleitas as
17 entidades representativas do CNS, alterando-se apenas a representação dos “*renais crônicos*” pela
18 representação de “*saúde mental*”. Acrescentou, ainda, que seria encaminhada à Secretaria Executiva
19 do CNS a relação das entidades que irão exercer a função de suplentes. **3) Material da Apresentação**
20 **da 104ª Reunião Ordinária – “Controle do Câncer Cérvico-Uterino”:** O Coordenador **Nelson**
21 **Rodrigues dos Santos** informou que o material referente à apresentação “*Controle do Câncer Cérvico-*
22 *Uterino*”, constava das pastas dos Conselheiros. **4) Relatório das Atividades da CONEP/2000 e seu**
23 **Regimento Interno:** O Coordenador **Nelson Rodrigues dos Santos** informou que o Regimento
24 Interno da CONEP, atualizado, constava das pastas dos Conselheiros e que se houvessem propostas
25 de alteração, as mesmas fossem encaminhadas à Secretaria Executiva. **5) Novo Presidente da**
26 **Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ:** O Coordenador **Nelson Rodrigues dos Santos** informou que o
27 Dr. Paulo Buss é o atual Presidente da Fundação Oswaldo Cruz, tendo este se comprometido a discutir
28 com o CNS a política de atuação da FIOCRUZ. **6) Acidentes dos Conselheiros Climério S. Rangel e**
29 **Ana Maria Lima Barbosa:** Conselheira **Maria Lêda Rezende Dantas** relatou os acidentes ocorridos
30 com os Conselheiros **Climério Rangel** e **Ana Maria Lima Barbosa**, ressaltando que determinados
31 ambientes coletivos não estavam preparados para atender às pessoas portadoras de necessidades
32 especiais e aproveitou a oportunidade para registrar a importância do trabalho dos Conselheiros de
33 Saúde portadores de patologias e deficiências para o controle social. **7) Desligamento do Conselheiro**
34 **Carlyle Guerra de Macedo:** O Coordenador **Nelson Rodrigues dos Santos** cientificou o Plenário
35 sobre o desligamento do Conselheiro **Carlyle G. Macedo**, fundamentado na sua visão ética e política
36 da atual conjuntura política brasileira e não na alteração do Decreto Presidencial que criara o CNS. **8)**
37 **Cartilha da Federação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos de Minas Gerais,**
38 **Municipalização da Saúde:** Conselheiro **José Luiz Spigolon** informou que as Federações das Santas
39 Casas, em seus respectivos estados, procuravam enfatizar determinada área de atuação e que a
40 Federação de Minas Gerais criara um “*Grupo de Soluções Continuadas*”, que organizara pesquisas
41 procurando caracterizar o perfil das instituições filantrópicas, bem como a sua relação com os
42 convênios do SUS e a população brasileira, com vistas à municipalização do sistema de saúde. Esse
43 trabalho resultara em uma Cartilha Informativa para administradores e dirigentes de instituições
44 filantrópicas. **9) Presidência do Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos do Estado de**
45 **São Paulo – SINDUSFARMA:** O Coordenador **Nelson Rodrigues dos Santos** informou que o Senhor
46 **Omlton Visconde Filho** assumira a presidência do SINDUSFARMA. **10) Encaminhamento das**
47 **Articulações da Aplicação da E.C. nº 29:** O Coordenador **Nelson Rodrigues dos Santos** informou
48 que, para evitar dúvidas interpretações na aplicação da E.C. nº 29, a sociedade civil organizada
49 mobilizara-se para garantir a sua correta aplicação, ressaltando a atuação da Associação Brasileira de
50 Membros dos Tribunais de Contas, que elaborara documento sobre a questão. O mesmo, depois de
51 aperfeiçoado, será apresentado ao CNS. **11) Versão Final do Relatório do GT/CNS da**
52 **Regionalização das Ações e Serviços de Saúde:** O Coordenador **Nelson Rodrigues dos Santos**
53 informou que a versão final do Relatório do GT/CNS sobre Regionalização das Ações e Serviços de
54 Saúde constava das pastas dos Conselheiros, ressaltando o bom resultado e sua repercussão no
55 Ministério da Saúde. **12) III Conferência Nacional de Saúde Indígena: andamento da preparação:**
56 Conselheira **Zilda Arns** informou que o Comitê Executivo da III Conferência Nacional de Saúde
57 Indígena formulara o regulamento e que o regimento interno havia sido concluído, necessitando,
58 apenas, de ser submetido ao Senhor Ministro da Saúde. Fez, ainda, o relato da visita da Comitiva ao
59 Timor Leste, comprometendo-se a apresentar relatório na 106ª Reunião Ordinária do CNS. Na
60 oportunidade, comentou que encaminhara carta ao Ministro da Saúde, com o conhecimento do
61 Presidente da CNBB, referente às manobras políticas sobre a questão do aborto, ocorridas durante as
62 votações da 11ª Conferência Nacional de Saúde. **13) Encaminhamento da 3ª Versão das “Diretrizes**
63 **para NOB/RH do SUS” e do Relatório do GT/CNS “Efetivação do Acesso e Humanização da**
64 **Atenção à Saúde no SUS”:** O Coordenador **Nelson Rodrigues dos Santos** informou que
65 encaminhara o documento “*Diretrizes para NOB/RH do SUS*”, solicitando parecer, às seguintes
66 entidades: CONASS, CONASEMS, Confederação das Misericórdias do Brasil, Confederação Nacional
67 de Saúde do Setor Privado e Lucrativo, Centro de Estudos e Pesquisas de Direito Sanitário da

Faculdade de Saúde Pública, Instituto de Direito Sanitário, Procuradoria do Trabalho, Ministério Público e Consultoria Jurídica do Ministério da Saúde. Com relação ao Relatório do Grupo de Trabalho “Efetivação do Acesso e Humanização da Atenção à Saúde no SUS”, comentou que o mesmo fora apresentado na 11ª Conferência Nacional de Saúde e, após serem consideradas as contribuições apresentadas naquela ocasião, seria concluída a versão final e, posteriormente, apresentada ao Plenário do CNS.

14) Aprimoramento do Encaminhamento de alguns itens da Pauta da Reunião Ordinária do CNS: O Coordenador **Nelson Rodrigues dos Santos** informou que a Comissão de Coordenação Geral do CNS decidira adotar novos procedimentos com relação a determinados assuntos que, devido à sua profundidade são, em sua maioria, remetidos à análise de grupo de trabalho. O aprimoramento do processo consistirá em solicitar, previamente, pareceres preliminares de um a três Conselheiros.

ITEM 02 – RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DA CONEP EM 2000 - Conselheiro **William Saad** fez breve relato sobre as bases conceituais da ética em pesquisa e, também, da constituição da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP – e, em seguida, das atividades desenvolvidas pela Comissão a partir de 1996: **1)** transformação do Grupo Executivo que elaborara a resolução nº 196 em 1ª Comissão Nacional de Ética em Pesquisa e, posteriormente, em Comissão Nacional de Ética em Pesquisa; **2)** instituição, em 1997, dos Comitês de Ética em Pesquisa, bem como o respectivo recadastramento em 2000; **3)** reuniões periódicas da CONEP (mensais); **4)** análise de dez mil projetos/ano; **5)** publicação dos “Cadernos de Ética em Pesquisa”; **6)** realização de cinco Encontros Regionais dos Comitês de Ética em Pesquisa e do I Encontro Nacional dos Comitês de Ética em Pesquisa; **7)** realização de aproximadamente cem conferências; **8)** participação em eventos internacionais; **9)** implantação de sistema informatizado de dados e **10)** vigilância para eventos adversos. Falou, também, sobre o 6º Congresso Mundial de Bioética, que será realizado de 30 de outubro a 2 de novembro de 2002 no Brasil sob a presidência Dr. Volnei Garrafa, sobre a Reunião Internacional de Bioética/OMS e sobre a Reunião das Associações Nacionais de Bioética, que será presidido pelo Conselheiro. Conselheiros **Zilda Arns** e **José Carvalho de Noronha** parabenizaram os trabalhos efetuados pela CONEP e, também, o empenho do Conselheiro **William Saad** na Comissão.

Conselheiro **Neilton Araújo** sugeriu que as atividades da CONEP fossem divulgadas aos Conselhos Municipais e Estaduais de Saúde. Conselheira **Maria Lêda de Rezende Dantas**, em nome do CNS, elogiou os técnicos da CONEP pela trabalho desenvolvido e indagou se a referida comissão previa o acompanhamento da execução das pesquisas. Conselheiro **Edson Oliveira Andrade** também elogiou a exposição, ressaltando a importância da pesquisa médica envolvendo seres humanos para os Conselhos Federais de Medicina. Conselheira **Zenite B. Freitas** parabenizou a responsabilidade e o compromisso do trabalho da Comissão, reiterando a indagação feita pela Conselheira **Maria Lêda de Rezende Dantas**. Conselheiro **William Saad** informou que o crescimento da “bioética” devia-se a três fatores principais: **1)** criação da revista de Bioética pelo Conselho Federal de Medicina; **2)** criação da Sociedade Brasileira de Bioética; e **3)** Resolução nº 196. Acrescentou que estava prevista a apresentação de relatórios anuais, com vistas ao acompanhamento dos projetos, podendo a Comissão solicitar relatórios em períodos menores e estabelecer sindicância sobre os mesmos.

ITEM 03 – PROPOSTA DE MÉTODO PARA ELABORAÇÃO DA AGENDA BÁSICA/CNS/2001 - O Coordenador **Nelson Rodrigues dos Santos** lembrou que, como nos anos anteriores, a agenda básica do CNS para o ano de 2001 seria elaborada por um Grupo de Trabalho, apresentado aos Conselheiros proposta de método, através de áreas temáticas básicas, citando cinco exemplos: **1)** promoção da saúde; **2)** modelo assistencial; **3)** financiamento; **4)** regulação das operadoras privadas de planos e seguros de saúde; e **5)** aprimoramento orgânico e funcional do controle social. Conselheiro **Sólon Magalhães Vianna** observou que o objetivo da Comissão de Coordenação Geral era tornar a Agenda Básica abrangente, porém, restritiva e atentando para assuntos prioritários. Conselheiro **José Carvalho de Noronha** solicitou atenção quanto ao desdobramento da regulação das operadoras de planos e seguros privados de saúde. O Coordenador **Nelson Rodrigues dos Santos** observou que essa questão também fora objeto de preocupação da Comissão e que o tema estava diretamente ligado ao “Modelo Assistencial”. Assim, foi constituído Grupo de Trabalho para elaboração da Agenda Básica do CNS, composto pelos Conselheiros **Augusto Alves Amorim**, **Diógenes Sandim Martins**, **Neilton Araújo de Oliveira** e **Lindomar Tomé Lopes**, contando com o acompanhamento da Conselheira **Maria Lêda de Rezende Dantas**.

ITEM 04 – INVESTIMENTOS DA FUNASA/MS EM SANEAMENTO NO ANO 2001: RECURSOS, PORTARIA 176/2000 DA FUNASA, OBJETIVOS E MÉTODOS - Conselheiro **Carlos Corrêa Martins**, Coordenador da Comissão de Saneamento do CNS, destacou pontos importantes decorrentes da análise efetuada com relação à previsão de investimentos da FUNASA/MS no setor: **1)** reconhecimento da importância dos recursos destinados ao setor saúde para estruturar os pequenos municípios com indicadores de pobreza e baixa qualidade de vida, serviços e ações de saneamento básico; **2)** comprometimento em assegurar mecanismos de controle social na priorização dos investimentos e no acompanhamento da sua aplicação; **3)** estimulação da participação e do compromisso dos gestores e Conselhos do SUS na elaboração dos projetos de avaliação dos

resultados positivos para a saúde da população; **4)** garantia de que os recursos para saneamento básico sejam regidos pelos princípios do SUS, consubstanciados nas Leis 8.080 e 8.142 e na sua NOB; e **5)** análise das aplicações da proposta em estudo pelo governo federal da privatização do setor saneamento no Brasil. Face ao exposto, a Comissão apresentava as seguintes estratégias de atuação:

1) pautar o assunto para a 105ª Reunião Ordinária, ressaltando a importância desse investimento para a melhoria de qualidade de vida e saúde à população submetida a baixos indicadores sociais e econômicos e recomendar que os recursos sejam aplicados conforme os princípios do SUS, com efetiva participação dos gestores; **2)** propor que a Comissão Intersetorial de Saneamento realize estudo aprofundado das metas e mecanismos para elaboração e aplicação de recursos para saneamento básico, com o apoio da Comissão de Orçamento e Finanças do CNS, objetivando apresentar subsídios ao Plenário do CNS; **3)** solicitar a designação de técnico da FUNASA para esclarecer e auxiliar os membros da Comissão na formulação de subsídios, bem como a participação de representantes do CONASS e CONASEMS.

ITEM 05 – A PRÁTICA DO CONTROLE SOCIAL – QUATORZE REFLEXÕES E DOZE QUESTÕES PENDENTES - O Coordenador **Nelson Rodrigues dos Santos** sugeriu que fosse constituído Grupo de Trabalho do CNS para apreciar o documento “**Quatorze Reflexões e Doze Questões Pendentes**”, sendo a sugestão aprovada, porém, não houve a indicação dos componentes. A propósito, foram instituídos mais três Grupos de Trabalho: o primeiro, para elaborar proposta de objetivos e metas para a organização das Plenárias de Conselheiros, sendo o mesmo composto pelos Conselheiros **Ana Maria Lima Barbosa, Temístocles Marcelos Neto, Jocélio Drummond, Zilda Arns, Edson de Oliveira Andrade e Sérgio Magarão**. O segundo, apresentar proposta de Projeto de Lei para substituir o Decreto que dispõe sobre a composição do CNS, composto pelos Conselheiros **Carlos Corrêa Martins, Gilson Cantarino, Zilda Arns, Zenite B. Freitas, Jocélio Drummond e Neilton de Araújo Oliveira**. Ainda, um terceiro grupo para proceder à revisão da Resolução nº 33/MS, composto pelos Conselheiros **Climério Rangel, José Carvalho de Noronha e Maria Lêda Rezende Dantas**. O primeiro e o terceiro GT ficaram com prazo de 90 dias e o segundo GT com prazo de 60 dias para apresentarem seus relatórios.

ITEM 06 – QUESTÕES DA POLÍTICA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - A **Dra. Beatriz Tess**, Diretora do Departamento de Ciência e Tecnologia do Ministério da Saúde, relatou o andamento das discussões sobre a proposta de criação da Agência Nacional de Ciência e Tecnologia, voltada para pesquisas estratégicas do setor saúde, no âmbito do Ministério da Saúde, a partir de um diagnóstico do contexto nacional atual, constatando que: **1)** a capacidade instalada tecnológica do país é suficiente para atender às necessidades; **2)** há disponibilidade de recursos biológicos e humanos utilizados em prol da saúde do país; **3)** há investimentos tecnológicos escassos ou difusamente distribuídos; **4)** as diretrizes do governo, da comunidade científica e das agências de financiamento elaboradas de forma desarticulada e não integrada; **5)** há baixa incorporação do conhecimento; e **6)** há concentração dos centros de pesquisa no eixo sul-sudeste. Conselheiro **José Carvalho de Noronha** destacou que fora realizada Oficina de Trabalho de Ciência e Tecnologia em Saúde, que contara com a participação da comunidade científica, sendo evidenciado que: **1)** o reconhecimento da urgência em se fortalecer os modelos de gestão, a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico no Brasil; **2)** a inclusão de pesquisa epidemiológica, clínica, ciências sociais, biociências e repercussão da saúde humana e ciências exatas e da terra, na área da pesquisa de saúde; **3)** recomendação da 1ª Conferência de Ciência e Tecnologia em Saúde, de que a pesquisa em saúde deva ser parte integrante da Política de Saúde; e **4)** priorização de projetos capazes de aumentar a equidade do SUS. Conselheiro **William Saad** comentou sobre a questão do financiamento, destacando a importância de garantia continuada de recursos para a Agência e indagou se estava prevista a constituição de patrimônio rentável. Conselheira **Zilda Arns** sugeriu que fossem priorizados estudos referentes à plantas medicinais e com relação à área de alimentação por região. Conselheiro **Mozart Abreu e Lima** observou que deveria haver forma continuada para assegurar os recursos financeiros da Agência, visto que a mesma não fora constituída em caráter supletivo e não poderia suprir o financiamento da pesquisa em saúde de todo o país. Conselheira **Ana Maria Lima Barbosa** observou que a proposta de criação da Agência fortalecia o segmento dos usuários, especificamente, os portadores de deficiência física, que necessitavam de equipamentos de qualidade para sua locomoção. Conselheiro **Sólon Magalhães Vianna** observou que a agência possuía diversos pontos favoráveis, como ter fontes próprias de recursos e a garantia da continuidade da gestão.

ITEM 07 – PROPOSTA DE PARÂMETROS ASSISTENCIAIS DA SAS/MS - Conselheiros **Neilton Araújo de Oliveira e José Luiz Spigolon** destacaram pontos importantes da Proposta de Alteração de Parâmetros Assistenciais da SAS/MS. Conselheira **Maria Lêda de Rezende Dantas** considerou que o relatório deveria ser reformulado, não no seu teor, mas no aspecto de sua apresentação. Conselheira **Tânia Lago** sugeriu que fossem abandonados os parâmetros internacionais no que se refere aos principais grupos populacionais e demandas da população, objetivando o estabelecimento de parâmetros assistenciais adequados, citando como exemplo e colocando à disposição estudo elaborado pela área de saúde da mulher. Conselheiro **José Carvalho de Noronha** observou que os

parâmetros de saúde do SUS não poderiam ser fixados à margem da saúde suplementar. Foi constituído Grupo de Trabalho para proceder à análise da proposta, com prazo de 60 dias para apresentar seu relatório, composto pelos seguintes Conselheiros: **Gilson Cantarino, Neilton Araújo de Oliveira, Olímpio Távora, Maria Natividade Gomes Teixeira Santana, Neide Regina Barriguelli e José Carvalho de Noronha.** ITEM 08 – RELATO DA COMISSÃO INTERGESTORES TRIPARTITE – CIT - O Conselheiro **Neilton Araújo de Oliveira** fez o relato da Reunião da Comissão Intergestores Tripartite, ocorrida em 15/12/2000, que abordara os seguintes pontos: **1)** apreciação do documento da regionalização; **2)** Portaria nº 132, do Ministério da Saúde; **3)** habilitação de estados e municípios na questão epidemiológica e de controle de doenças; e **4)** capacitação de novos gestores. Conselheira **Maria Lêda de Rezende Dantas** elogiou a articulação dos gestores, ao nível técnico e político, nos estados. ITEM 09 – PROPOSTA DE INTERIORIZAÇÃO DO TRABALHO EM SAÚDE, DA SPS E SAS/MS - Conselheiro **Neilton Araújo de Oliveira** observou que a Proposta de Interiorização do Trabalho em Saúde, apresentada pelas Secretarias de Políticas de Saúde e de Assistência à Saúde, ambas do Ministério da Saúde, previa a participação de profissionais de saúde (médicos e enfermeiros) que, voluntariamente, se dispusessem a atuar em municípios que possuem restrita ou nenhuma assistência médica. A proposta poderia ser considerada como um estímulo aos profissionais de saúde, porém, em caráter temporário, sendo suspenso à medida que o município tivesse condições de assumir total responsabilidade pela saúde de seus habitantes. Em seguida, Conselheiro **Cláudio Duarte** prestou os devidos esclarecimentos sobre os aspectos funcionais da proposta de interiorização do trabalho em saúde. Observou que a iniciativa partira do Ministério da Saúde e fora concretizada com o aval do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, e que o Projeto estava articulado com o MEC, no que se refere aos currículos dos profissionais de saúde e, também, com o Programa Saúde da Família. Acrescentou, ainda, que seria constituído Grupo Consultivo para proceder o acompanhamento do Projeto, solicitando que o CNS tivesse assento no referido grupo. Conselheiro **Lindomar Tomé Lopes** manifestou a sua preocupação com relação à mudança conceitual de “prestação de serviços do SUS” que o Programa poderia vir a acarretar. Conselheira **Maria Lêda de Rezende Dantas** sugeriu que a expressão “serviço voluntário” fosse substituída por “interiorização”. E, ainda, que a questão que trata do treinamento dos profissionais não ficasse restrita à atenção básica. Conselheiro **Sólon Magalhães Vianna** indagou se o projeto fora constituído com base em experiências passadas e como seria a interface com a política de recrutamento de profissionais estrangeiros. Questionou, ainda, se haveria capacitação desses profissionais em urgência e emergência médica. Conselheira **Zilda Arns** sugeriu que o projeto atuasse através de micro-regiões e observou que em determinadas regiões o incentivo financeiro não seria atrativo suficiente para manter o profissional naquela localidade. Conselheira **Maria Helena Baumgarten** sugeriu que o projeto fosse iniciado pelas regiões evidenciadas como possuidoras de mais carência de profissionais de saúde. Conselheira **Neide Regina Barriguelli** manifestou o seu desacordo com a apresentação do projeto ao CNS, após a sua conclusão e publicação, indagando o porquê da instituição do Conselho Nacional de Serviço Voluntário em Saúde, o qual não previa a participação de usuários em sua composição, considerando que o acompanhamento deveria ser procedido pelo CNS. Conselheiro **Sérgio Magarão** observou que as especificidades de cada município deveriam ser observadas e sugeriu que fosse estudada a possibilidade de transformar o projeto em permanente. Conselheiro **José Carvalho de Noronha** comentou que o projeto deveria estar vinculado à uma Política do Ministério da Saúde e que deveria haver acompanhamento aproximado do Ministério com relação aos profissionais interiorizados. O Coordenador **Nelson Rodrigues dos Santos** sugeriu à Comissão Intersetorial de Recursos Humanos procedesse o acompanhamento da proposta de interiorização. Conselheiro **Cláudio Duarte** agradeceu as contribuições dos Conselheiros, dizendo que as mesmas seriam incorporadas à versão final do projeto. ITEM 10 – PRONUNCIAMENTO DA SUB-PROCURADORA GERAL DA REPÚBLICA, DRA. MARIA ELIANE MENEZES DE FARIAS, PROCURADORA FEDERAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO - A Dra. **Maria Eliane Menezes de Farias**, Procuradora Geral dos Direitos do Cidadão e Sub-Procuradora Geral da República, ressaltou que as atividades do Ministério Público na área da saúde haviam sido iniciadas devido demandas da sociedade civil organizada e fez comentários sobre a atuação da Procuradoria Geral dos Direitos do Cidadão, no âmbito do Sistema Único de Saúde. Conselheiro **William Saad** prestou homenagem ao Ministério Público, através da pessoa da Dra. Raquel Dodge, pelo empenho na elaboração da Resolução nº 132. Conselheira **Zilda Arns** indagou se o Ministério Público tinha conhecimento do documento sobre ética em pesquisa em áreas indígenas, aprovado pelo CNS. A Dra. **Maria Eliane** lembrou a criação do GAR, Grupo de Acompanhamento e Responsabilização, decorrente de parceria entre Ministério Público e Ministério da Saúde, com o objetivo de coordenar as ações da área penal dos Procuradores da República nos estados. Conselheiros **Gilson Cantarino** destacou a importância da parceria entre os estados e Ministério Público, citando como exemplo a atuação deste último no Estado do Rio de Janeiro. Conselheiro **Augusto Alves Amorim** externou a satisfação, em nome do CNS, em receber o Ministério Público,

reiterando a importância dessa interface para a efetivação dos princípios do SUS. Conselheira **Maria Lêda de Rezende Dantas** lembrou a necessidade de unir a atenção das áreas de saúde e meio ambiente. Sugeriu, ainda, que os recursos humanos e tecnológicos, decorrentes da “*reforma manicomial*”, fossem reaproveitados no Sistema Único de Saúde. Conselheiro **José Carvalho de Noronha** mencionou a importância da interação entre MS e MP para que fossem cumpridas as decisões do CNS e colocou a ABRASCO à disposição do Ministério Público. Conselheira **Neide Regina Barriguelli** solicitou intervenção do Ministério Público na questão da manipulação da lista de transplantes, no que se refere aos renais crônicos. Conselheiro **Mário Scheffer** declarou que a 11ª Conferência nacional de Saúde reiterara a importância do Ministério Público, através dos Conselhos Estaduais e Municipais de Saúde, apontando, também, a escassez de procuradores e promotores nos estados e o desconhecimento da legislação do SUS por parte dos mesmos. Conselheira **Clair Castilhos** relatou a denúncia ocorrida no Estado da Bahia com relação à demissão de quatro agentes comunitários de saúde, por motivos políticos partidários e fez comentário sobre o Projeto de Lei sobre o aborto que tramita no Congresso Nacional. Conselheiro **Climério Rangel** informou que o CNS procedera à análise na questão do acesso de humanização do SUS, através de Grupo de Trabalho, disponibilizando os resultados aos membros do Ministério Público.

ITEM 11 – ORÇAMENTO DO MS – 2001 E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO MS E UNIÃO - 2000 - O Prof. **Elias Jorge** fez a apresentação do Relatório da Comissão de Orçamento e Financiamento do CNS – COFIN, esclarecendo e submetendo ao Plenário as seguintes sugestões: **1)** que o Plenário do CNS indique representantes titular e suplente para compor a Câmara Técnica do SIOPS; **2)** que o plano de trabalho de 2001 seja a continuidade das atividades desenvolvidas no ano 2000; **3)** que seja aprovado o relatório apresentado, bem como o material de apoio a ele anexado. O relatório foi aprovado, bem como foram designados para representar o CNS junto à Câmara Técnica do SIOPS, os Conselheiros **Olympio Távora** e **Lindomar Tomé Lopes**, como titular e suplente, respectivamente, além da colaboração do Prof. **Elias Jorge**. Em seguida, o **Dr. Arinaldo Rosendo Bonfim**, Secretário de Planejamento e Orçamento do Ministério da Saúde respondeu as perguntas dos Conselheiros sobre as planilhas orçamentárias apresentadas na 104ª Reunião Ordinárias, bem como sobre o orçamento do Ministério da Saúde para o ano de 2001.

ITEM 12 – RESOLUÇÃO RDC-041 DA AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - Foi aprovada Comissão Permanente/CNS para proceder estudo, acompanhar e apresentar propostas de alteração da Resolução nº 41/Agência Nacional de Saúde Suplementar, que exclui procedimentos de alta complexidade da assistência aos usuários de planos e seguros privados de saúde, em caso de doença preexistente. O Conselheiro **Mário Scheffer** ficou de, na próxima Reunião Ordinária do CNS, apresentar proposta de composição da referida Comissão.

ITEM 13 – OBSERVAÇÕES PRELIMINARES SOBRE A 11ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE - A **Dra. Elizabeth Barros** apresentou a versão preliminar do relatório da 11ª Conferência Nacional de Saúde, destacando que a mesma revelara maturidade por parte de seus participantes. Acrescentou que o relatório fora elaborado com base em uma estrutura temática e apresentava proposições referentes ao controle social, financiamento, modelos de atenção e gestão, políticas específicas do Ministério da Saúde, recursos humanos e informação, educação e comunicação. Em continuidade, repudiou, veementemente, o teor da carta da Conselheira **Zilda Arns**, que afirmava ter havido manobras políticas, na 11ª Conferência Nacional de Saúde, quando foi votado o tema sobre o aborto.

Encerramento - Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada. Estiveram presentes os seguintes Conselheiros: **Ana Maria Lima Barbosa, Augusto Alves Amorim, Carlos Corrêa Martins, Clair Castilhos Coelho, Cláudio Duarte, Climério da Silva Rangel Júnior, Diógenes Sandim Martins, Edson de Oliveira Andrade, Fernando Cupertino de Barros, Gilson Cantarino O'Dwyer, José Carvalho de Noronha, José Luiz Spigolon, Lindomar Tomé Lopes, Maria Helena Baungarten, Maria Lêda de Resende Dantas, Maria Mazarelo Macedo Salgado, Mário César Scheffer, Mozart de Abreu e Lima, Neide Regina Cousin Barriguelli, Neilton Araújo de Oliveira, Sérgio Luiz Magarão, Sólton Magalhães Vianna, Sylvio Romero Costa, Temístocles Marcelos Neto, William Saad, Zenite da Graça B. Freitas, Zilda Arns.**